

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Fevereiro/2018 (Dados de dezembro/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 119,4 bilhões em 2017, após a meta de deficit anual ter sido alterada para R\$ 162,0 bilhões pela Lei 13.480/2017. No âmbito do governo central, o deficit anual correspondeu a R\$ 118,4 bilhões, R\$ 40,6 bilhões abaixo do limite da meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da LDO vigente.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM DEZEMBRO	ATÉ DEZEMBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-32,3	-110,6	-143,1	-163,1	-52,5
União	-22,2	-119,4	-142,0	-162,0	-42,6
Governo Central	-22,2	-118,4	-139,0	-159,0	-40,6
Empresas Estatais Federais	0,0	-1,0	-3,0	-3,0	-2,0
Estados e Municípios	10,1	8,8	-1,1	-1,1	-9,9

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em dezembro de 2017 foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões. Nada obstante, no ano, o deficit acumulado é de R\$ 119,4 bilhões. Entre componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit primário de R\$ 182,4 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até dezembro seria superavitário em R\$ 64,0 bilhões.

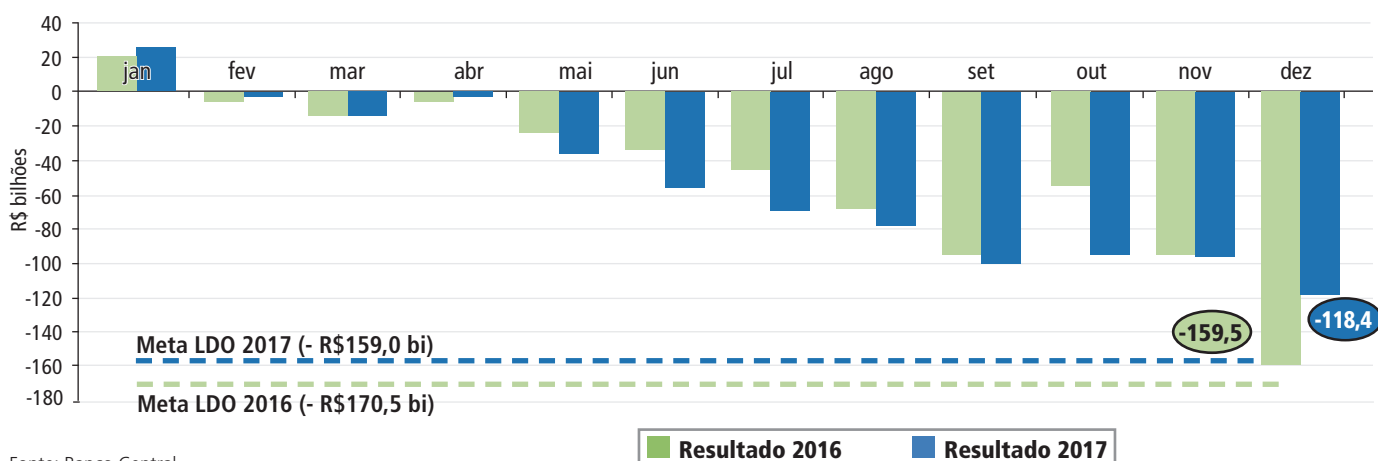
Em face do sério risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Legislativo aprovou projeto que originou a Lei

13.480/2017, com vistas à ampliação das metas de deficit anual, conforme retratado no quadro acima. Ao final do exercício, verificou-se que o resultado acumulado pela União seria compatível com a meta original definida pela LDO, de deficit primário de R\$ 142,0 bilhões.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95/2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o grave cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



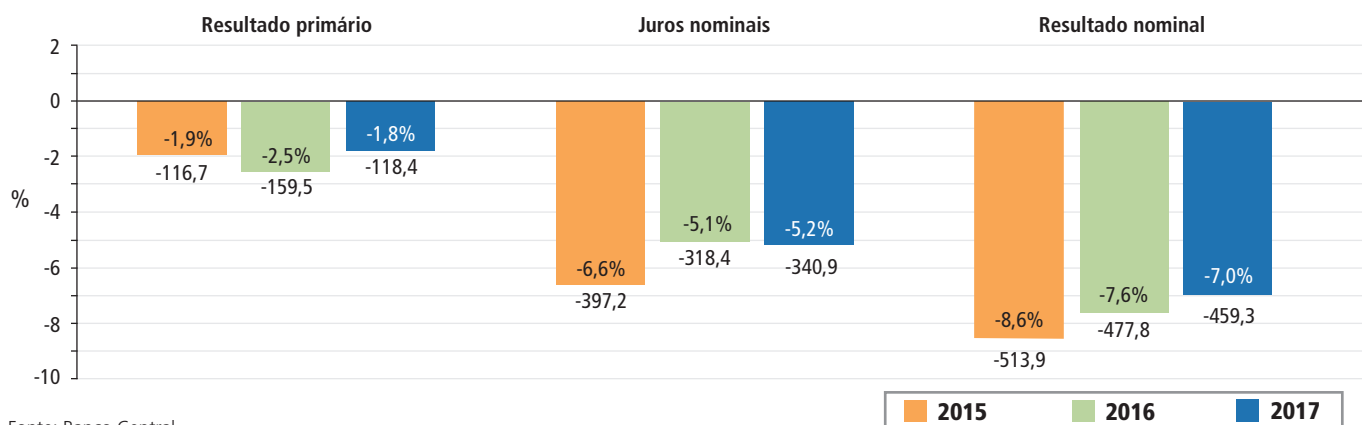
Fonte: Banco Central.

Em dezembro de 2017, o governo central apresentou deficit primário de R\$ 22,2 bilhões, frente a deficit de R\$ 64,3 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acumulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 118,4 bilhões (1,8% do PIB). No mesmo período de 2016, o de-

ficit primário acumulado foi de R\$ 159,5 bilhões (2,6% do PIB). Esse resultado de 2017, R\$ 41,1 bilhões inferior ao de 2016, é explicado por um aumento na receita líquida de R\$ 66,5 bilhões no período e da despesa total ter crescido em um ritmo inferior de R\$ 29,6 bilhões.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Janeiro a Dezembro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

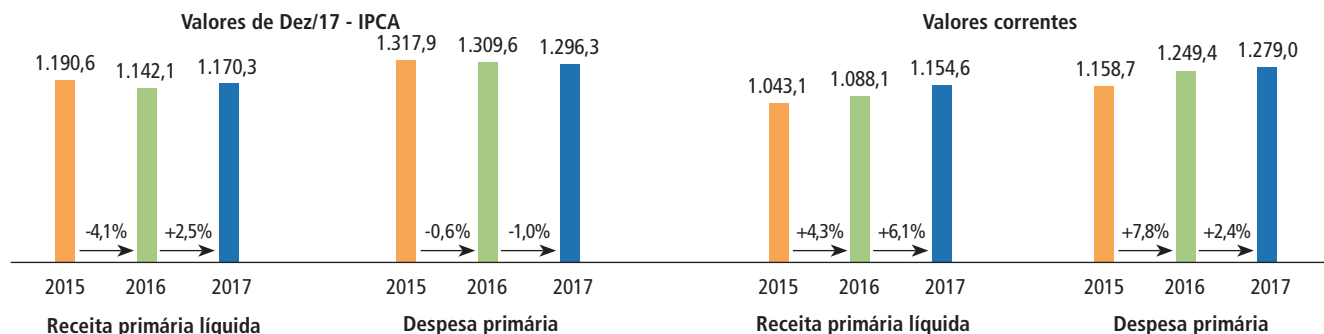
O resultado nominal do governo central até dezembro de 2017 foi deficitário em R\$ 459,3 bilhões (7,0% do PIB). Em 2016, o deficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 477,8 bilhões (7,6% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 340,9 bilhões (5,2% do PIB) em 2017, comparativamente aos R\$ 318,4 bilhões (5,1% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 7,0% a.a., as despesas reais com juros se mantiveram elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do deficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F, ainda que a tendência de aumento da dívida tenha sido atenuada levemente.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Janeiro a Dezembro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 2,5% no período de janeiro a dezembro de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve queda real de 1,0%.

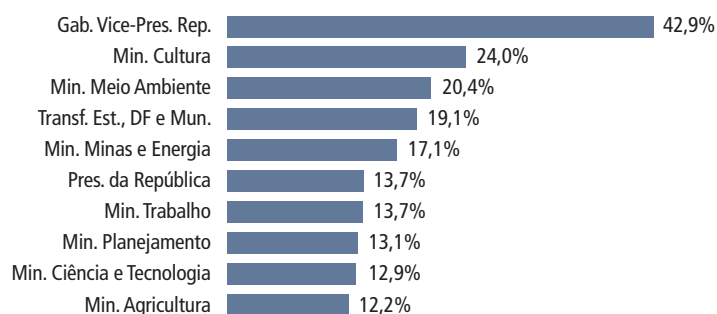
No acumulado do exercício, a diminuição na despesa a preços constantes é explicada pela redução de despesas discricionárias, no valor de R\$ 41,5 bilhões, e de despesas obrigatórias, como subsídios e subvenções (R\$ 5,8 bilhões). Por outro lado, benefícios previdenciários cresceram R\$ 32,6 bilhões e gastos com pessoal subiram R\$ 17,7 bilhões.

A preços de dezembro de 2017, o déficit primário do Governo Central passou de R\$ 66,1 bilhões em dezembro de

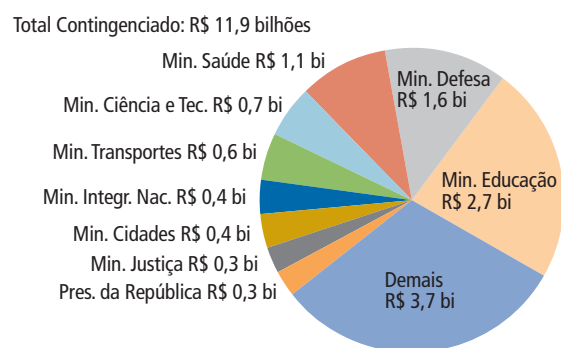
2016 para R\$ 22,2 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou redução do déficit de R\$ 43,9 bilhões. Essa variação em relação a dezembro do ano anterior decorreu do expressivo aumento da receita líquida em R\$ 30,0 bilhões e da redução de R\$ 13,1 bilhões da despesa total em dezembro de 2017. A ampliação na receita relativamente a 2016 é explicada pela COFINS (R\$ 2,5 bilhões), concessões e permissões, especialmente de aeroportos (R\$ 14,2 bilhões) e redução de transferências constitucionais em R\$ 10,8 bilhões. A diminuição nas despesas decorreu em especial nas sentenças judiciais e em precatórios (R\$ 8,1 bilhões) e discricionárias (R\$ 7,2 bilhões), apesar da elevação do pagamento de benefícios previdenciários em R\$ 3,6 bilhões.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.248/2017, e Siga Brasil. Para as emendas individuais e as de bancada impositivas no Poder Executivo, foram utilizados os montantes de execução obrigatória, R\$ 8,52 bilhões e R\$ 4,26 bilhões respectivamente, já reduzidos em razão do ajuste decorrente da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Em ambos os casos, o percentual de contingenciamento foi de 12,1%.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de dezembro de 2017, o Poder Executivo apurou a possibilidade de ampliar em R\$ 5,0 bilhões o limite de empenhos das despesas discricionárias da União. Essa ampliação de empenhos (descontingenciamento) decorre da elevação da estimativa de receitas

líquidas de transferências em R\$ 436,9 milhões e da redução de R\$ 4,5 bilhões na previsão de despesas primárias obrigatórias.

O crescimento da estimativa de receitas é devido tanto ao aumento da reestimativa da receita administrada pela

Receita Federal do Brasil de R\$ 4,2 bilhões como também da arrecadação líquida do RGPS em R\$ 260,9 milhões. As receitas não-administradas apresentaram queda de R\$ 5,4 bilhões, compensadas pela redução nas transferências em R\$ 1,3 bilhão.

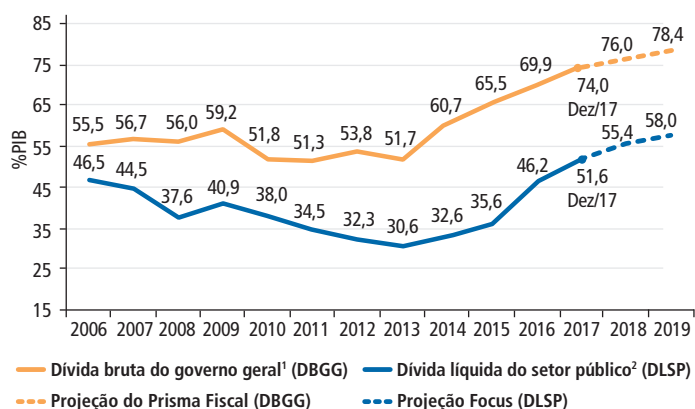
Pelo lado da despesa, as projeções mantiveram-se idênticas às do Relatório de avaliação do 5º bimestre, à exceção

de gastos com o Bolsa Família, que projetou uma redução de R\$ 50,0 milhões de reais.

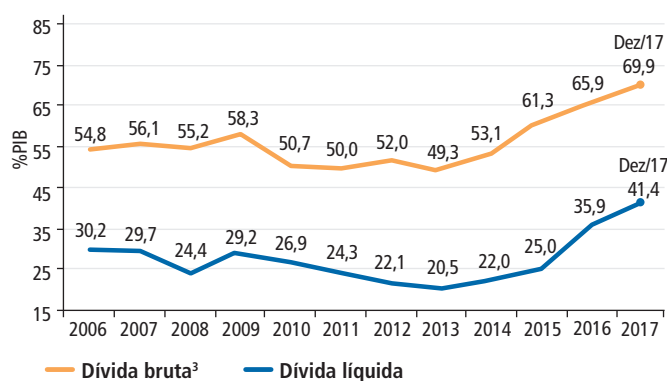
Editado o Decreto 9.248/2017, encontram-se contingenciados R\$ 11,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de dezembro, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 8,5% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 141,1 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a dez/2017



Governo Federal - 2006 a dez/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de janeiro/2018 e Relatório Focus de 05/01/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) diminuiu 0,3 p.p. em relação a novembro de 2017 e alcançou 74,0% do PIB (R\$ 4,9 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 52,3% do PIB (R\$ 3,4 trilhões) em dezembro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 16,2% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna fora do Banco Central totalizou R\$ 3,4 trilhões (52,4% do PIB) em dezembro, registrando acréscimo de R\$ 63,5 bilhões em relação ao mês anterior. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 35,9 bilhões, acréscimo de R\$ 0,2 bilhão em razão da depreciação cambial, e incorporação de juros de R\$ 27,4 bilhões.

Os resultados fiscais deficitários do mês de dezembro, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de janeiro, a DBGG deve alcançar 76,0% do PIB ao final de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,4 trilhões (51,6% do PIB) em dezembro, com incremento de aproximadamente 0,6 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 5,4 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 6,1 p.p.), do deficit primário (aumento de 1,7 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 1,5% no ano (redução de 0,2 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,1 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto diminuiu 0,3 p.p. em dezembro de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 69,9% do PIB (R\$ 4,6 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 0,2 p.p. no período e registrou 41,4% do PIB (R\$ 2,7 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal